

IGUALDADE PROFISSIONAL E DIFERENÇA DE GÊNERO: Um estudo junto as Policiais Militares do 2º Batalhão de Polícia Militar de Campina Grande/PB/Brasil

Resultado de Investigação Finalizada

GT 11 - Género, desigualdades y ciudadanía

Alecsonia Pereira Araújo (UFPB)
Joseane pereira de Alcântara (UEPB)
Patrícia Barreto Cavalcanti (UFPB)
Rafael Nicolau Carvalho (UFPB)
Kátiusca Torres Medeiros (INSS)

Resumo

O estudo pautou-se na análise da igualdade profissional e diferença de gênero junto as Policiais Militares do 2º Batalhão de Polícia Militar de Campina Grande/PB/Brasil. Para tanto, utilizamos a pesquisa de campo, de caráter quanti-qualitativo. A coleta de dados se deu com a entrevista semi-estruturada junto a 20 policiais militares femininas, correspondendo a 40% do universo de aproximadamente 50 que atuam no 2º BPM. Mediante os resultados, constatamos que os maiores desafios estão relacionado as péssimas condições de trabalho, principalmente por se constituir um ambiente tido como masculino e masculinizado, além do preconceito por serem mulheres. Podemos concluir que no 2º BPM não há uma adequação para as mulheres policiais, contribuindo para a dissociação da disparidade de gênero.

Palavras-chave: Segurança Pública. Diferença de Gênero. Policiais Militares femininas.

1 - INTRODUÇÃO

Diante das desigualdades vivenciadas pelas mulheres durante décadas, percebemos que ao passar dos anos isso vem tomando rumos diferentes acrescidos de largos passos de conquistas, vez que constatamos a inclusão destas em diversos espaços, quebrando paradigmas, os quais desprivilegiavam toda classe feminina, ou seja, aquele ser social cercado de preconceitos se apresenta, atualmente, incutido na organização da sociedade, ocupando cargos que até então foram masculinos, a exemplo de Dilma Rousseff primeira mulher eleita presidente do Brasil.

No entanto, apesar de tantas lutas e conquistas adquiridas ao longo dos anos ainda verifica-se certa dificuldade de inserção em algumas profissões “que” tinham, como exclusividade a figura masculina, pois em sua maioria há uma restrição no número de vagas ofertadas, a exemplo: o ingresso no serviço militar.

Partindo desse pressuposto, o presente estudo analisou a concepção das Policiais Militares do 2º Batalhão de Polícia Militar (BPM) de Campina Grande/PB acerca da igualdade profissional e da diferença de gênero.

A motivação para desenvolvimento da temática se deu á partir de observações durante o nosso estágio supervisionado no 2º BPM, que nos revelaram o cotidiano das Policiais Militares dentro de uma instituição formada historicamente por um universo tipicamente masculino, os quais se revelam quantitativamente superiores ao das mulheres, em que percebe-se que, mesmo em meio a um contingente bem menos elevado, estas se reafirmam dia a dia, desenvolvendo seu trabalho. No entanto,

observamos que ainda há certa resistência em escalá-las em serviços operacionais, prevalecendo corriqueiramente os serviços administrativos e burocráticos.

Outro fato que também observamos durante o estágio e, que nos instiga, está relacionado ao posicionamento das policiais em requererem uma igualdade profissional, reivindicando respeito a sua particularidade enquanto mulher, questões essas, que são constantemente debatidas.

Por conseguinte, realizamos uma pesquisa de campo, sendo desenvolvida através de observações direta para captar explicações e interpretações acerca dos sujeitos envolvidos no estudo. Também utilizamos dados quanti-qualitativos, visto que, estes "... se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia" (Minayo et al., 1994, p.22).

Os sujeitos participantes desta pesquisa foram as policiais femininas do 2º Batalhão de Polícia Militar (BPM) de Campina Grande-PB, cuja amostragem foi do tipo intencional, as quais são "... usadas quando o pesquisador quer obter a opinião de certas pessoas, não necessariamente representativas do universo todo, mas de parte dele" (MARSISGLIA, 2001, p.25). Dessa forma, foram entrevistadas 20 policiais femininas do 2º BPM de Campina Grande/PB/Brasil, o que corresponde a 30% do efetivo feminino, visto que, a instituição conta com um efetivo de aproximadamente 50 mulheres.

Assim, a didática utilizada se constituiu através de dados primários, colhidos através da entrevista semi-estruturada, a qual não deixa os sujeitos limitados nas suas respostas e nem que respondam a tudo da mesma maneira. Os dados foram analisados através da técnica de análise de conteúdo.

Portanto, o artigo encontra-se dividido em três etapas: a primeira discorre sobre gênero e suas construções sociais, em seguida um breve esboço acerca da Segurança Pública no contexto brasileiro, como também a trajetória feminina para inserir-se em tal espaço. Adiante encontra-se a análise dos dados da pesquisa realizada no 2º BPM.

2 - Gênero e suas Construções Sociais

O ser humano comparece concretamente na diferença homem e mulher. A humanidade não é simples, é complexa e bifôrme. A continuação da espécie só poderá ocorrer com a contribuição de ambas as partes, o masculino e o feminino. Dessa forma, estes foram descobrindo uma maneira de perpetuar a espécie criando laços de convivência permanente e continua. Assim, a partir do momento em que o homem começa a gerir seu próprio sustento com a produção de alimentos para sua subsistência nas sociedades agrícola, começaram também a definir tarefas para os homens e para as mulheres, havendo uma divisão de papéis, surgindo à divisão sexual do trabalho.

Durante séculos as mulheres buscaram e/ou buscam a igualdade e lutam contra as desigualdades de gênero, suas histórias são construídas em diferentes espaços, e por diferentes indivíduos e, de diversas formas, tudo dividido em anos de lutas e muitas conquistas, que por muito tempo foram desconhecidos. As mulheres sempre foram colocadas em situação de desigualdade, tanto nas relações sociais como no sistema político, econômico e cultural imprimindo-as uma situação de subordinação.

A partir do século XVIII baseando-se em teorias iluministas "começou-se" a reivindicar a emancipação feminina, como também os direitos que até então eram usurpados pela cúpula social.

As idéias iluministas defendiam o indivíduo como possuidor de direitos inalienáveis, independente de ser homem ou mulher, contrastando-se com os ideais sociais, os quais tinham a hierarquia e desigualdade como necessárias e inalienáveis.

Porém, nem todos os pensadores iluministas compartilhavam desse pensamento e/ou ideário, como é o caso do filósofo Rousseau, este tinha a figura da mulher associada à incapacidade de raciocinar, dizia que a mulher era movida pelas paixões e que por esse motivo era facilmente manipulada, sendo assim um perigo para a sociedade, ou seja, ela podia comprometer o bom

funcionamento desta.

Ao longo do século XIX e início do século XX, as lutas foram tomando formas mais expressivas e exigidas com mais ímpeto, pois o avanço na legislação adquirido através de muitas lutas significou mais retrocessos do que mesmo avanços, visto que, de acordo com Pinsky e Bassanezi (2005), as discriminações ficaram mais evidentes.

“Os novos códigos de leis nacionais regulamentaram os papéis sociais e as relações entre os sexos de maneira, geralmente, desfavorável às mulheres, considerando a submissão e a dependência femininas como dados naturais, e formalizando atitudes repressivas com relação às mulheres”. (p.272)

Estes novos códigos excluía frequentemente os direitos do sexo feminino deixando-as ainda mais refém da sociedade e de seus companheiros, devendo-os obediência e submissão, já que estes eram os provedores da casa, visto que, as mulheres exerciam em sua grande maioria “apenas” serviços domésticos.

Foi a partir da Revolução Industrial mais precisamente séculos XVII e XIX que se começou a utilização de mão-de-obra feminina espalhando-se inicialmente no mundo fabril, nesse momento houve a separação do trabalho doméstico e do trabalho com fins lucrativos e/ou remunerado fora do ambiente familiar. No entanto, essa forma de oferta para as mulheres, se deu pelo fato de que seria mais lucrativo para seus empregadores, visto que, estes iriam pagar valores bem mais inferior que a mão-de-obra masculina. Vale destacar que nesse momento as mulheres já começavam a lutar por melhores condições de trabalho e a discutir a temática acerca da questão de gênero.

A parti do século XX, os estudos acerca da categoria gênero vai ganhando visibilidade no mundo acadêmico norte-americano, datando de 1970, já no Brasil, inicia-se mais precisamente na década de 1990.

De acordo com Carlotto (2008), a necessidade do conceito de gênero e sua utilização estão fortemente ligadas a uma dimensão política, quanto suas origens e seus propósitos, voltados a propor mudanças nas relações de poder, dominação e exploração, existente no âmbito da sociedade.

O gênero constitui uma das organizações básicas de toda organização social. Este se refere aos diversos comportamentos sociais e biológicos da sociedade, é visto como algo estruturante e determinado sob as condições históricas, fruto das ações de homens e mulheres.

Tendo em vista toda discussão acerca da problemática igualdade entre o feminino e o masculino pensado como uma questão de gênero é que se percebe a necessidade de tal assunto, já que essa construção vem transformando a vida em sociedade principalmente das categorias menos favorecidas como as “mulheres”.

3 Segurança Pública no contexto brasileiro

Apesar do termo “Segurança Pública” ser recente, sua história é bastante arcaica, criada logo após o descobrimento do Brasil em meados do séc. XVI, no período em que o Brasil ainda era colônia de Portugal, quando D. João III resolveu adotar um sistema de capitanias hereditárias, outorgando uma carta régia a Martim Afonso de Souza para estabelecer a administração, promover a justiça e organizar o serviço de ordem pública, como melhor entendesse, em todas as terras que ele conquistasse.

Já na era moderna, a segurança era considerada como um componente básico que garantia a legitimação do Estado. Na retórica do século XX, conhecido como período do *laissez-faire* (símbolo do liberalismo econômico), a segurança chegava a ser concebida como a única função do Estado.

Com o crescimento demasiado das cidades e principalmente da economia nos últimos anos aumentaram-se os conflitos entre as pessoas, grupos e entre o Estado, proporcionando um desafio aos

poderes públicos, os quais não conseguiram corresponder a tais demandas, fato que corroborou para o aumento massivo da criminalidade vivenciados entre os anos de 1960 a 1980 promovendo uma forte pressão da sociedade e cobrança de métodos mais efetivos para deter tal problema, caracterizado pelo aumento da população.

Se nos primórdios a Segurança Pública competia ao indivíduo que podia custear os serviços prestados, com a promulgação da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, passou a ser “responsabilidade” do Estado, onde contempla em seu art. 144 a seguinte afirmação: “A segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da Ordem Pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” (BRASIL, 2008, p. 44).

A partir daí a prevenção da ordem pública passa a ser um dever do Estado, prestado por este através de seus órgãos de segurança (Polícias Militares, Polícias Civis, corpos de Bombeiros e etc.), mas, todos têm suas responsabilidades para que a mesma seja efetivada de forma satisfatória.

De acordo com Santiago (2003), a segurança pública é:

“O grau relativo de tranqüilidade que compete ao Estado proporcionar ao cidadão, garantindo-lhes os direitos de locomoção, vida, propriedade e zelando pela manutenção dos costumes e dos princípios de moral social. Ou em outras palavras, é a manifestação do poder do Estado fundamentada na ordem jurídica, objetivando o exercício da força na garantia do direito”. (p.4)

É nesse contexto estrutural macro social que se encontra o sistema de Segurança Pública em nosso país, perpassado de serviços celetistas, como também dissipados em vários órgãos governamentais, os quais são divididos segundo suas funções, a exemplo do detalhamento das polícias no Brasil (Polícia Federal, Polícia Civil e Polícia Militar e Corpo de Bombeiros), onde cada uma é responsável a exercer alguma atividade rotineira, e que muitas vezes deixam de trabalhar em parceria, a saber:

1-A Polícia Federal é instituído por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União, considerada a melhor e mais bem treinada das categorias da segurança pública.

2- A Polícia Rodoviária Federal (PRF) é um “órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais” (Brasil, 2008).

3- A Polícia Ferroviária Federal, esta classifica-se como “órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais” (Brasil, 2008).

4-A Polícia civil, são “dirigidas por delegados de polícia de carreira, incubem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares” (Brasil, 2008).

5- A Polícia Militar, “cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil” (Brasil, 2008).

Porém, vale salientar que não cabe só as polícias trabalharem em conjunto, pois existe um comando (governo), o qual é responsável pelo bom andamento, formação e atuação dos profissionais de segurança pública, devendo fornecer meios, assistindo-os e valorizando seu trabalho junto à sociedade.

Porém Perrenoud (2007) afirma que:

“Só teremos políticas públicas de segurança adequadas se a administração em todos os seus níveis proporcionar avaliações sérias e consistentes do desempenho de cada órgão, fato que ainda está muito distante de acontecer no nosso país”. (p.94)

4 - Cidadania feminina e sua inserção na Polícia Militar

Apesar de muitos impasses ocorridos ao longo da história das mulheres, tem-se muito a comemorar, pois a cada dia estas vem conquistando novos espaços na sociedade destacando-se no mercado de trabalho, o qual vem configurando um vasto campo ocupacional feminino, principalmente nos campos que eram “tidos” exclusivamente para o homem, como é o caso da segurança pública.

A ideia de empregar mulheres em missões policiais no Brasil surgiu na década de 1950, quando Hilda Macedo apresentou sua tese, no 1º Congresso Brasileiro de Medicina Legal e Criminologia, na qual defendia a necessidade da criação de uma polícia de mulheres, justificando que as mulheres eram tão competentes quanto os homens para realizar o trabalho policial.

Em janeiro de 1955, baseado na ideia de Hilda Macedo, o então governador de São Paulo, Janio Quadros, solicitou que o diretor da Escola de Polícia, Walter Faria de Queiroz, verificasse a possibilidade de ser implantada uma polícia de mulheres.

Em 12 de maio deste mesmo ano foi assinado um decreto de nº 24.548, criando, na Guarda Civil de São Paulo, o Corpo de Policiamento Especial Feminino, sendo chefiado, pela própria Hilda Macedo, a qual tornou-se a primeira comandante feminina da polícia militar e da América Latina.

São Paulo foi à cidade pioneira a contar com os serviços de policiais femininas, em seguida o Paraná em 1977, Amazonas em 1980, Minas Gerais em 1981, Pará em 1982 e Santa Catarina em 1983, depois conseqüentemente espalhou-se por vários estados.

No Estado da Paraíba conta-se da data de 1987, onde foi concedido o ingresso das primeiras mulheres na instituição militar. A partir de 1990 foram surgindo novos cursos e concursos, os quais contam com a participação feminina fortalecendo ainda mais sua integração.

De acordo com a Secretaria de Comunicação da Paraíba (SECOM) a Polícia Militar da Paraíba conta com um efetivo de mais de 561 mulheres, destas 107 são oficiais (coronel, tenente-coronel, major, capitão e tenente), distribuídas em todos os Batalhões e nas mais diversas funções como: policiamento ostensivo, policiamento de trânsito, choque, polícia florestal, ciclo patrulha, Centro Integrado de Operações Policiais (CIOP), rádio patrulhamento, policiamento escolar e no serviço de administração, saúde e banda de música.

É importante destacar que algumas construções culturais tidas como padrões sociais estão ficando ultrapassados e os espaços que antes eram ocupados apenas pela "elite social" (homens) vem ganhando novos modelos e abrangendo as categorias minoritárias (mulheres), fruto das lutas para "conscientizar" a sociedade de que não é o sexo feminino/masculino que determina a capacidade das pessoas, mas sim o papel que cada indivíduo desempenha na sociedade.

5 - Conhecendo os sujeitos da pesquisa: Policiais femininas do 2º Batalhão de Polícia Militar de Campina Grande/PB

De acordo com as informações fornecidas pelas entrevistadas, os resultados da pesquisa e contemplação dos dados de identificação se estruturam da seguinte forma: No que concerne a faixa etária das entrevistadas foi constatado uma variação relevante, 50% possuem idades entre 26 á 30 anos, esse número merece destaque, já que faz parte do que hoje é considerado como perfil economicamente ativo no país. Com 25% que estão entre 41 á 45 anos, enquanto 10% afirmaram estarem entre 36 á 40 anos, outros 10% ficaram com a faixa de 20 á 25 anos e mais 5% de 31 á 35 anos.

É importante destacar que ao longo dos anos a mulher tem procurado assumir uma posição mais efetiva na sociedade, pois a partir do século XVIII com advento da revolução industrial elas vem redescobindo a educação como uma forma de crescimento no campo profissional.

Isso também é perceptível em nosso estudo, pois no que refere-se ao nível de escolaridade das

entrevistadas foi verificado que 35% delas possuem curso de formação superior, outras 35% estão cursando e as demais que corresponde a 30% possui o ensino médio completo.

Em se tratando da escala hierárquica na Polícia Militar ou graduação, obtivemos os seguintes dados : 50% são soldados, 30% são cabos, 5% 2º sargento, 5% 1º tenente, 5% 2º tenente, 5% 1º capitão.

Para melhor compreensão da funcionalidade da hierarquia na Polícia Militar é necessário entendê-la primeiramente. De acordo com a lei de nº 3.909 de 14 de julho de 1977, em seu parágrafo 1º vêm a afirmar que “A hierarquia policial-militar é a ordenação da autoridade em níveis diferentes, dentro da estrutura da Polícia Militar. A ordenação se faz por postos ou graduações ...”. Partindo desse pressuposto tentaremos expor essa composição.

Em primeiro lugar temos o círculo dos oficiais superiores, formados pelos Coronéis PM, Tenente Coronel PM, Major PM, em seguida o de oficiais Intermediários composto pelos Capitães PM, logo após os oficiais Subalternos que correspondem ao Primeiro e Segundo Tenente PM. Em segundo lugar temos o círculo dos Praças composto por: Subtenentes, Sargentos, Cabos e Soldados.

Partindo desse contexto, é importante destacar que a obediência hierárquica no âmbito militar está previsto em lei (nº3.909 de 14/07/97) específica da categoria que trata da hierarquia e da disciplina que deve ser respeitada, caso contrário o subordinado estará passível de punições.

Portanto, em nosso estudo, o maior número de entrevistadas, ou seja, 50% são soldados, estando na escala hierárquica dos praças.

No que se refere ao tempo de inserção dos sujeitos da pesquisa na Polícia Militar, há uma predominância de entrevistadas que corresponde a um período de 05 á 08 anos resultando em 35%, em seguida temos 20% entre 20 á 23 anos de função, depois 15 % entre 17 á 20 anos de polícia, 10% entre 01 á 03 anos, 5% de 11 á 14 anos e por fim 5% de 03 á 05 anos que atuam como profissionais da Segurança Pública.

Assim, uma vez que conhecemos o perfil das nossas entrevistadas, a seguir, iremos expor os resultados com suas análises relacionadas ao nosso objeto de estudo.

TABELA 01
Especificação dos desafios enfrentados pelas Policiais Militares entrevistadas

DESAFIOS	Nº	%
Condições de Trabalho Insuficiente	08	40
Lidar com Pessoas	03	15
Preconceito	02	10
Hierarquia	02	10
Não Apresentou Desafios	02	10
Andar Armada	01	5
Ineficiência da Política de Segurança	01	5
Trajeto de Trabalho Perigoso	01	5
TOTAL	20	100

Fonte Primária de Pesquisa realizada no 2º Batalhão de Polícia Militar de Campina Grande/PB/Brasil, 2011.

Diante a exposição dos dados acima, constata-se que os maiores desafios enfrentados atualmente é a falta de condições de trabalho, pois 40% das entrevistadas consideram que a instituição não fornece todos os meios que elas necessitam para oferecerem um trabalho satisfatório para a população, como também é comum a sobrecarga de tarefas, conforme fala a seguir:

“O maior desafio é a exigência do cumprimento de diversas atividades, para boa parte das quais não recebemos a formação adequada. Ao tempo em que exercemos a função de policiamento ostensivo, também temos que realizar funções administrativas como a de secretaria, telefonista, recepcionista entre outros”. (Entrevistada nº19)

No entanto, 15% já têm uma opinião divergente do quantitativo predominante, visto que, o maior desafio para este índice se resume a postura de como lidar com pessoas, ou seja, saber interagir da melhor forma possível com a diversidade de pensamentos tanto no ambiente de trabalho como para com a sociedade, conforme falas a seguir:

“Lidar com os seres humanos, pois cada um tem um temperamento diferente”. (Entrevistada nº 05)

“... conviver com as diferenças, exemplo: temperamento, cultura e caráter”. (Entrevista nº 06)

Já 10% das entrevistadas colocaram como principais desafios a questão do preconceito por parte da sociedade como também dos seus companheiros de trabalho, pois apesar da conquista em certos espaços "ditos" como masculinos ainda precisam reafirmar suas posturas enquanto cidadãs politizadas e detentoras de direitos.

“... a sociedade tem esse preconceito, não nos respeita como tem que respeitar a policial feminina na Polícia Militar”. (Entrevistada nº 02)

Vale salientar, que na verdade o que ocorre na sociedade é uma divisão de papéis entre homens e mulheres por conseqüências de formas pré-estabelecidas historicamente e construídas culturalmente pelas relações sociais transpassando de geração em geração formando categorias com interesses e pensamentos divergentes. Por isso, o que é diferente do padrão social é estranho para a sociedade e possível de preconceitos.

Mais 10% relataram que a hierarquia militar é um forte impasse na convivência entres os companheiros de trabalho, visto que, muitas vezes os superiores hierárquicos ultrapassam os limites de tolerância dos seus subordinados, aproveitando-se da patente para ordenar o cumprimento de "certos caprichos".

Outros 10% não apresentaram nenhum desafio, e quando indagadas "falaram que não conseguiam visualizar nenhum avanço desde o início da carreira, já que entraram recente para instituição. Em seguida 5% afirmaram a problemática de andar armada, mais 5% colocaram a questão da ineficiência da Política de Segurança e por fim 5% apontaram como desafio o trajeto de trabalho que é muito perigoso.

Este equilíbrio nesses últimos desafios apontados, nos mostram características que vem a elencar uma disparidade de pensamentos, ou seja, saber definir de forma concreta o que seria os desafios por elas enfrentados no cotidiano de trabalho.

GRÁFICO 01

Especificação do questionamento de discriminação segundo as policiais Militares entrevistadas



Fonte Primária de Pesquisa realizada no 2º Batalhão de Polícia Militar de Campina Grande/PB/Brasil, 2011.

Tomando como base o gráfico acima podemos visualizar que 65% das entrevistadas afirmaram que não se sentem discriminadas no atual ambiente de trabalho, tendo em vista que a mudança de comportamento na corporação é algo que vem acontecendo gradativamente e com perspectivas de grandes melhorias, conforme falas a seguir:

“... hoje conquistamos o espaço tanto quanto o masculino já tinha, a mulher tem se sobressaído, principalmente por ser metódica em seus atos”. (Entrevistada n° 08)

“... sou muito respeitada pela profissional que sou”. (Entrevistada n° 20)

Como podemos perceber nas falas acima a visão que atualmente se tem em relação à aceitação das mulheres na Polícia Militar vem tomando novos rumos a cada década, visto que, inicialmente essa convivência era bastante difícil, já que esse espaço era suprido apenas pela categoria masculina.

No entanto 35% afirmaram que ainda sofrem com a presença da discriminação no cotidiano de trabalho, visto que, é muito recente a inserção do feminino no âmbito da Polícia Militar, o que ocasiona certos olhares de insatisfação por parte do efetivo masculino, como exposto nas falas abaixo:

“Sim, por que a todo o momento os homens da polícia questionam a necessidade da nossa presença na Polícia Militar e os que aceitam sempre nos subjugam como se não fossemos capazes de desenvolver os mesmos trabalhos que eles, a exemplo da operacionalidade”. (Entrevistada n° 06)

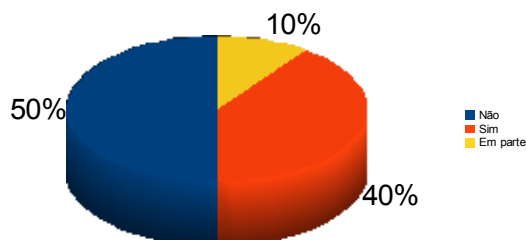
“... a Polícia Militar desconsidera a mulher em suas especificidades femininas e impõe-lhes, desde seu processo de formação, situações de iniquidade de gênero que em muito dificulta sua permanência dentro da instituição”. (Entrevistada n° 12)

Apesar da presença de pensamentos arcaicos, os quais citados acima, a mulher tem se legitimado em diversos campos de trabalho, na Polícia Militar não seria diferente, essa conquista rompeu tabus, visto que, a instituição ainda preserva um modelo masculino, tanto no que diz respeito à estrutura física, quanto em aspectos metodológicos arraigados desde sua formação corporativa.

Nesse contexto, é fácil visualizar a presença das desigualdades de gênero que são disseminadas e construídas ao longo dos séculos. De acordo com Gouveia e Camuça (1995 p.22) “... quanto mais desiguais as relações de gênero, maior a desigualdade na divisão de trabalho e também as barreiras que separam as profissões de homens e mulheres”. Dessa forma, essa divisão pode ser caracterizada como discriminação entre os sexos.

GRÁFICO 03

Especificação da existência de seleção de trabalhos femininos e masculinos, segundo as entrevistadas



Fonte Primária de Pesquisa realizada no 2º Batalhão de Polícia Militar de Campina Grande/PB/Brasil, 2011.

No que concerne ao gráfico 03, constatou-se que 50% das entrevistadas não consideram haver nenhuma seleção de trabalho feminino ou masculino na Polícia Militar já que todos exercem as mesmas funções independente de sexo, vejamos as falas.

“Não, pois tenho acompanhado homens e mulheres realizando os mesmos trabalhos ...”.
(Entrevistada nº 14)

“Não, pois o perfil de cada um que determina qual função será exercida, tanto existem mulheres na atividade operacional como homens no serviço burocrático”. (Entrevistada nº 19)

Em consonância com as falas, é importante destacar esse número, já que, metade das policiais militares entrevistadas consideram que não há distinção de tarefas, mas sim, uma necessidade atribuída a algumas funções, portanto, não interferindo em relações ligadas nem ao feminino, nem ao masculino, destacando assim uma igualdade de funções entre ambos.

Já 40% das entrevistadas afirmaram que há seleção de alguns serviços, o que não é justificável, pois, todas (os) foram formadas (os) para exercerem uma só função, qual seja, a de Policial Militar.

E por fim, 10% das entrevistadas consideraram que em parte os serviços têm distinção entre o feminino e o masculino, já que algumas atividades são demandadas de acordo com a necessidade da causa, conforme falas a seguir:

“... no gabinete sempre se prioriza o trabalho das mulheres para atendimento ao público ...”.
(Entrevistada 06)

“... em certos serviços tem que ter a presença feminina a exemplo das revistas em mulheres, já os serviços operacionais a preferência é pelo masculino”. (Entrevistada nº 01)

Apesar da discordância entre os resultados, é visível certo equilíbrio, que vem a afirmar certa divisão de tarefas na Polícia Militar. Pode até não ser sentido por todos (as), mas por um quantitativo razoavelmente considerado na instituição.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante décadas as mulheres foram tidas como incapazes de exercerem outra atividade que não fosse o trabalho doméstico, lutaram para romper uma cultura em que a mulher servia exclusivamente para desenvolver atividades domésticas, cuidar dos filhos e do marido ou no máximo empreender atividades de cunho artesanal.

No entanto, isso veio a mudar com o surgimento da Primeira Guerra Mundial, o processo de industrialização, a consolidação do capitalismo e a incansável luta feminina, onde a mulher pela primeira vez conseguiu ocupar espaços fora do ambiente doméstico, transformando as necessidades do mercado de trabalho em conquistas, o que ocasionou mudanças significativas nas relações sociais, nos valores culturais e no ambiente familiar.

Mas, apesar das conquistas no mercado de trabalho e “autonomia” financeira, as mulheres continuaram a exercer funções de doméstica, ou seja, passaram a ter uma dupla jornada de trabalho, pois além de trabalhar formalmente ainda tem a responsabilidade de cumprir com as tarefas do lar (limpeza e educação família).

Vale salientar que as mulheres passaram por muitas dificuldades para conseguirem o direito a educação e ao exercício da cidadania, freqüentar outros ambientes que até então não fazia parte do cotidiano feminino, tudo isso vem afirmar a capacidade que a organização feminina tem na sociedade.

No âmbito da Segurança Pública, especificamente na Polícia Militar, não foi diferente, desde sua inserção, a mulher vem atuando de forma plausível, exercendo suas atribuições com a máxima competência e disciplina, respeitado seus colegas de trabalho e os acompanhado nas mais diversas missões, que vão desde os serviços burocráticos até aos serviços operacionais (policimento ostensivo, rádio patrulha e etc.), mostrando-se ter o mesmo potencial que um policial masculino. Porém, apesar da “aceitação” das mulheres no âmbito da polícia militar, elas ainda lutam para que a instituição respeite a equidade de gênero.

Pois os resultados da pesquisa revelam que ainda há grandes desafios a serem vencidos pelas mulheres na instituição polícia militar, vez que constatamos uma variedade de impasses que foram relatados pelas entrevistadas. No entanto, podemos afirmar que a maioria estão relacionados as más condições de trabalho, destacado como maior desafio para o cumprimento de suas atividades profissionais, visto que, a falta de materiais como: armas, coldres, coletes, uniforme adequado ao feminino (já que estes são confeccionados no estilo masculino necessitando sempre de ajustes), alojamentos que não dispõe de banheiros, entre outros.

Outro desafio citado está relacionado à convivência com a as pessoas, pois por serem policiais femininas muitas vezes não são respeitadas como deveriam ser, há sempre pensamentos divergentes, uns aceitam, outros criticam e alguns esperam um deslize para citar a famosa frase “só podia ser mulher”, e assim elas vão tentando se adequarem ao ambiente.

Outro fato bastante importante diz respeito à discriminação sofrida no ambiente de trabalho, obtivemos um resultado bastante surpreendente, visto que, a maioria das entrevistadas, ou seja, 65% não se sentem discriminadas na instituição, pois afirmam que já conseguiram respeito na corporação e garantiram o seu espaço.

Em suma concluímos, que é inegável as conquistas obtidas pelas mulheres no âmbito da Polícia Militar, porém ainda há muito o que avançar, pois ao mesmo tempo que houve a absorção das mulheres na polícia não houve uma reestruturação física, nem tão pouco uma preocupação por parte da instituição em adequar-se politicamente as peculiaridades femininas.

7 - REFERÊNCIAS

BRASIL. (2008). Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1998. Ed.6.

Caloto, C. M. (2011). *O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais.*

Disponível em: <http://www.ssrevista.uel.br/c_v3n2_genero.htm>. Acesso em 20 de setembro de 2011.

Denckec, A. de F. M. & Viá. S.C. da. (2001). *Pesquisa empírica em ciências humanas*. São Paulo.

Gouveia, T. & Camuça, S. (1995). O que é gênero. In: *cadernos SOS Corpo Gênero e Cidadania*. Recife. V.01.2 ed.

Lazzarini, Á. (1992). A Segurança Pública e o Aperfeiçoamento da Polícia no Brasil. In: *Revista O Alferes*. Belo Horizonte. V.10, n. 34.

Louro, G. L. (2000). O corpo educado: pedagogia da sexualidade. In: WEEKS Jeffrey (org.). *O corpo e a sexualidade*, Belo Horizonte, ed. Autêntica.

Marsigla, M. G. (2001). O projeto de pesquisa em Serviço Social. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo 5: Intervenção e Pesquisa em Serviço Social. Brasília.

Matinelli, L.M. (1999). *Pesquisa qualitativa: um instigante desafio*. São Paulo.

Minayo, M. C. de S., Deslades, S. F., Neto, O. C. & Gomes, R. (1994). *Pesquisa social: Teoria, Método e Criatividade*. Maria Cecília de Souza Minayo (Org.) 21 ed. Rio de Janeiro: Vozes.

Nascimento, A. R. (2007). Estado, Polícia e Sociedade. In: *módulo do curso de formação de soldado*. Campina Grande/PB.

Oliveira, S. L. de. (2002). *Tratando de Metodologia Científica*. São Paulo. Pioneira Thomson Learning.

Perrenuoud, R. (2007). Políticas Nacionais de Segurança: a experiência de Santos. In: *Revista Brasileira de Segurança Pública*. Ano. 1. Ed.1.

PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. (2004). Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 116 p.

Pinsky, J. & Bassannezi, C. (2005). *História da Cidadania*. 3ed. São Paulo: contexto.

Saffioti, H. I. B. (1987). *O Poder do Macho*. São Paulo: Moderna.

SECOM-PB. (2008). *Mulheres já são quase 600 na Polícia Militar da Paraíba*. Portal Correio On-line, João Pessoa, 9 de dez.. Disponível em: <<http://www.portalcorreio.com.br>>. Acesso em: 7 de jan. 2011.

Soares, L. E. (2005). *Sísifo e as Políticas de Segurança no Brasil*. Porto Alegre: Gráfica Santa Rita.

Souza, F. (2008). *Como Funciona a Polícia Militar*. Publicado em 24 de julho de 2008 (atualizado em 09 de setembro de 2008). Disponível em: <http://pessoas.hsw.uol.com.br/policia-militar1.htm>. Acesso em: 27 out. 2010.

Thayer, M. (1999). *Feminismo viajante: da mulher /corpo á cidadania de gênero*. Caderno pagu. Disponível em: <http://portalfeminista.gov.br>. acesso em 03 de setembro de 2011.

Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

APÊNDICE

PROJETO: Igualdade Profissional e Diferença de Gênero: um estudo junto as Policiais Militares do 2º Batalhão de Polícia Militar da Paraíba.

ALUNA: Joseane Pereira de Alcântara

ORIENTADORA: Profª MS. Alecsonia Pereira Araujo

ROTEIRO DE ENTREVISTA

ENTREVISTA Nº _____

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1) Qual a sua graduação?

Soldado () Cabo () 1ºSargento () 2ºSargento () 3ºSargento () 1ºTenente () 2ºTenente () Capitão () Coronel () Tenente coronel ()

2) Faixa etária:

20 á 25 anos () 26 á 30 () 31 á 35 anos () 36 á 40 anos () 41 á 45 anos () 46 á 50 anos () 51 á 55 anos ()

3) Nível de Escolaridade:

Ensino Fundamental completo ()

Ensino Fundamental incompleto ()

Ensino Médio completo ()

Ensino Médio incompleto ()

Superior completo ()

Superior incompleto ()

Outros () Qual? _____

4) Estado Civil: Solteiro (a) () Casado (a) () Outros ()

5) Filhos: Sim () Não () Quantos _____

6) Há quantos anos trabalha na Polícia Militar:

Menos de 01 ano () 1 á 3 anos () 3 á 5 anos () 5 á 8 anos () 8 á 11 anos () 11 á 14 anos () 14 á 17 anos () 17 á 20 anos () 20 á 23 anos () 23 á 26 anos () 26 á 29 anos () 29 á 32 anos ()

7) Qual a sua carga horária? _____

8) Qual a sua faixa salarial?

1 salário mínimo () 2 salários mínimos () 3 salários mínimos () Acima de 3 salários mínimos ()

9) Seu salário é suficiente para suprir suas necessidades? Sim () Não () Porque ?

DADOS REFERENTES AO OBJETO DE ESTUDO

1) Como é o relacionamento com seus companheiros de trabalho? Se a alternativa escolhida for a c ou d justifique.

- a) Ótimo ()
- b) Bom ()
- c) Regular ()
- d) Ruim ()

2) Quais os desafios enfrentados no seu cotidiano de trabalho?

3) Você se sente discriminada por ser uma presença feminina em um ambiente “tido” como masculino? Se sim justifique.

4) Na sua percepção quais são os maiores avanços obtidos dentro da instituição desde sua inserção na Polícia Militar.

5) Quais foram suas maiores dificuldades no início da carreira como Policial Militar?

6) Na sua visão existe alguma seleção do que seja trabalho masculino e trabalho feminino? Por quê?

7) Em sua opinião a estrutura física da instituição Policia Militar está preparada para as necessidades femininas? Justifique?

8) O 2º BPM oferece todas as condições materiais para desenvolver a sua prática?

9) Na sua opinião há necessidade de mudança(s) na organização e funcionamento do seu trabalho no 2º BPM?

10) Que sugestões você apontaria para melhorar o desempenho de sua prática profissional?

11) Você pretende fazer carreira na polícia ou deseja seguir outra profissão?

Campina Grande/PB _____/_____/20____.